

AQUÉM DO MARÃO

O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora

Daniel Melo

Este texto pretende analisar a evolução do associativismo regionalista transmontano (no país e no mundo) à luz do conceito de capital social, centrando-se no seu contributo e partindo da hipótese de este ter sido relevante para a formação duma identidade cultural específica e para o movimento regionalista português.¹

O enfoque incidirá na instituição pioneira deste movimento em Portugal, o centenário Club Transmontano, e nas congéneres de Luanda, Rio de Janeiro, Guimarães e Porto. Os estudos de caso serão articulados com uma panorâmica do grupo restrito e do contexto político-social em que se inseriram.²

Tal selecção, embora condicionada pelas fontes primárias e secundárias disponíveis (ou passíveis de levantamento exequível), teve como preocupação a escolha de unidades representativas do conjunto.³

Importa também destacar que muitas destas instituições têm como grande preocupação a edição dum órgão oficial (impresso e/ou electrónico). É, portanto, aí que se pode colher o essencial da informação sobre a sua actividade e postura, complementado pela edição livreira própria, pela documentação existente em arquivos públicos, pela informação na imprensa (sobretudo na vasta constelação da imprensa regional e local) e pelos poucos estudos monográficos realizados (de

1 Trás-os-Montes e Alto Douro é uma região planáltica situada no nordeste de Portugal, circunscrita entre Espanha, o rio Douro (a sul) e a região do Minho (a oeste), e engloba os distritos administrativos de Bragança e Vila Real e alguns municípios de Viseu (S. João da Pesqueira, Tabuaço, Armamar e Lamego) e Guarda (V. N. de Foz Côa). Foi outrora uma província administrativa (1832-1835 e 1936-1959).

2 Aproveito para agradecer o acolhimento e as facilidades concedidos pela instituição, em particular ao presidente Dr. Nuno Aires, à Dr.ª Maria Virgínia Rodrigues (vogal da Direcção), ao Dr. Armando Silva (vogal da Assembleia Geral) e à ex-secretária, a Sr.ª Teresa Gomes. Estou também muito grato ao Eng. José Maria Gonçalves, presidente da Federação das Casas Regionais de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Casa Regional dos Transmontanos e Alto-Durienses do Porto, pelo seu prestimoso apoio e incentivo. Expresso, por fim, um obrigado ao Sr. Barroso da Fonte, pela sua atenção.

3 A propósito, chamo a atenção para o facto de a maioria (senão a totalidade) destas instituições não ter um arquivo particular minimamente organizado e aberto ao público, condicionando negativamente não só o trabalho de colecta e análise (seja dos estudiosos, seja dos próprios dirigentes e associados), como a comprovação e divulgação perante a sociedade e as entidades políticas da relevância da sua intervenção pública. O mesmo é extensivo às bibliotecas especializadas, das quais geralmente não existe sequer um ficheiro catalográfico manual. Lamentavelmente este diagnóstico é extensivo à maioria das entidades da sociedade civil, impondo-se acordos com o estado e mecenato no sentido de estes co-financiarem a salvaguarda de património cultural que possa depois, como contrapartida, estar disponível para todos (p. e., via digitalização e divulgação na internet) e sirva para o enriquecimento da nossa memória colectiva.

associativistas implicados e de investigadores).

O estudo deste segmento regionalista (o transmontano de âmbito provincial) justifica-se por vários motivos: o da relevância do associativismo enquanto movimento com significativo enraizamento e dinamismo socioculturais no interior da sociedade civil; por personificar uma parcela fundamental deste tipo de associativismo, dada a sua extrema disseminação e longevidade; por representar um espaço institucional fundamental para as comunidades imigrantes transmontanas espalhadas pelo mundo.

A perspectiva adoptada articulará três dimensões relevantes: a da reivindicação política, a do capital social e a da identidade cultural.⁴ Ou seja, abordará o regionalismo enquanto doutrina reivindicativa face ao poder político central, enquanto rede de relações enriquecedoras da inserção comunitária e da coesão social, e enquanto elaboração e consciência duma pertença comum.⁵ Para tanto, o artigo cruzará três linhas narrativas: uma, que sinalizará a sua génese e evolução político-institucional; outra, que analisará a actividade social; e uma última, que abordará a actividade cultural. Tais linhas atravessarão os cinco estudos de caso propostos, os quais serão antecidos por uma panorâmica do respectivo movimento associativo, em jeito de contextualização.

Aquém-Marão: a reinvenção da comunhão

Tal como a generalidade das associações, também as regionalistas representam uma *comunidade de interesses* (Durkheim, 1989: 19), patente não só nos fins estatutários como na sua prática filantrópica, assistencial e/ou de prestação de serviços (economia social). Porém, têm a singularidade de combinar esta comunidade de interesses com uma comunhão de origem territorial, pois os associados do núcleo central são oriundos dum mesmo território ou então são descendentes de naturais. Para complexificar este fenómeno ocorre ainda que a comunhão social é, frequentemente, extensiva a familiares e amigos dos associados, e que existem tipologias de associados para pessoas externas, individuais ou colectivas (beneméritos, honorários, etc.). Donde, este tipo de associativismo pode ainda incluir e é propenso a uma certa comunhão de laços de sangue, pois o seu recrutamento central faz-se junto de pessoas (e seus descendentes) que nasce(ra)m e/ou habita(ra)m um delimitado território.⁶ Esta conjunção e a ideia que a mobiliza (identificação cultural de

4 Os primeiros ensaios neste sentido foram propostos por Melo (2004 e 2005), respectivamente na análise do associativismo regionalista no império colonial português e no estudo de caso da região meridional do Alentejo.

5 Sobre o *capital social* ver Putnam (2001: 18-25, ou 2002: 3-5). Nas suas palavras (2001: 19): “o capital social refere-se ao relacionamento entre pessoas — redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que estas geram”. A identidade cultural é aqui vista como plural, dinâmica, discursiva e processual; como refere Friedman (1996: 74), a cultura “é um produto relativamente instável da busca de significado, de múltiplos e socialmente situados actos de atribuição de significado”. A cultura tem a ver então, sobretudo, com “o modo de produzir mundos de significado” (*idem*: 76; ver também bibliografia em Melo, 2004: nota 1).

base territorial) promovem a proximidade informal, a afectividade e a entreaajuda, uma singularidade deste tipo de associativismo. Nesse sentido, não só engrandecem o seu capital social como levam ao extremo o potencial da *comunidade de interesses*, que impele a uma partilha moral, permitindo afastar a desordem, a desconfiança e o sentimento de perda. Tal como conclui Durkheim (*idem*: 23): “Eis porque, quando os indivíduos que se acham ter interesses comuns se associam, não é só para defenderem esses interesses, é para se associarem, para não mais se sentirem perdidos no meio de adversários, para terem o prazer de comunicar, de não serem senão um em vários, quer dizer, em definitivo, para levarem juntos uma mesma vida moral”. Donde, e como adianta ainda Durkheim (*idem*: 22-3), a associação não deriva só da partilha de *interesses* mas também de *ideias* e de *sentimentos*.

Originalmente, o associativismo regionalista surge no contexto de sociedades com forte componente rural, e liga-se amiúde a fenómenos de migração (ou mesmo êxodo) rural para grandes e distantes pólos urbanos. Esta situação de partida vai ao encontro do conceito de *solidariedade orgânica* proposto por Durkheim (1989: 150-2), segundo o qual as comunidades com um determinado grau de divisão laboral têm um maior grau de interdependência e de propensão para o associativismo, visto como uma necessidade básica para a sobrevivência colectiva (tal não implica uma adesão automática a um determinismo evolucionista para todos os espaços e tempos, estamos somente assinalando uma tendência verificável na emergência dum dado fenómeno). O associativismo nas grandes cidades serve, inclusivamente, como recurso para um reforço deste tipo de solidariedade e para um apagamento definitivo de resquícios de *solidariedade mecânica* (*ibidem*), subsistentes em comunidades com maior ligação à tradição e menor complexidade sociolaboral.⁷

A justificação económica subjacente à migração, a afeição a um certo tipo de relações sociais de origem, a necessidade de integração e a consciência de pertença cultural levaram à formação dum tipo de comunhão novo, não já dependente de relações sociais tradicionais, mas da busca de novas relações sociais e culturais, tendo como base a produção e reprodução identitárias. A aproximação dá-se em torno duma ideia, duma representação, e não dum espaço físico, embora tal ideia contemple uma dada construção dum território geográfico. Porém, a assembleia é menos restritiva que a de partida, não se limitando aos conterrâneos e abrangendo os seus descendentes, familiares, amigos e até funcionários e convidados. Ou seja, adopta e recria a vivência da *polis* moderna, mas num contexto de encenação simbólica dum sentimento de pertença, de objectificação de representações culturais.

Entre os grupos subétnicos portugueses, os transmontanos são considerados — pelo senso comum e por alguns estudiosos atentos ao “comunitarismo

6 A propósito, refira-se que o regionalismo incorpora as seis características principais da *comunidade étnica* definidas por Smith (1991: 21), a saber: “1. um nome próprio comum[;] 2. um mito de ancestralidade comum[;] 3. memórias históricas partilhadas[;] 4. um ou mais elementos diferenciadores próprios de uma cultura comum[;] 5. uma associação com uma ‘terra natal’ específica[;] 6. um sentimento de solidariedade para sectores significativos da população”.

7 Para uma leitura conjunta de Durkheim, Tocqueville, Meister e outros, ver Viegas (1986: 108-111).

primitivo” (Dias, 1953) — como aqueles que têm maior capacidade de associação, ao lado dos açorianos. O impulso associativo é central porque é também reproduzido pelos próprios, estruturando duplamente a sua identidade, como acção e como discurso. A eles se deve a (provável) primeira associação regionalista de base provincial em Portugal, o Club Transmontano, fundado no início de novecentos, quando a doutrina regionalista de origem provençal já se tinha disseminado um pouco por toda a Europa ocidental (Thiesse, 1997 e 1999).⁸

Em Portugal, este movimento ter-se-á começado a estruturar com o ascenso do republicanismo e doutras forças progressistas, impulsionado pelas doutrinas associacionista e federativa, dada a sua defesa da mobilização institucional/formal e a inclinação para sistemas políticos com grande autonomia político-administrativa (ver Melo, 2004 e 2005; sobre o republicanismo ver Catroga, 2000).

Imigração disseminada e constelação associativa

Pela informação que foi possível compulsar (ver quadro 1), constata-se que o associativismo regional transmontano de âmbito provincial se concentrou no Portugal continental, ex-colónias e Brasil, estando ainda presente nos EUA e Luxemburgo, num total de 25 unidades identificadas.

Quanto ao Portugal continental, foi aí que começou (na capital) e será aí que se concentrará na viragem para os anos de 1970, disseminando-se, desde então e paulatinamente, por todo o país (Coimbra, Guimarães, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Tomar, Faro, Leiria, e surgimento duma nova no Porto).⁹ Este reforço no continente estará ligado a uma nova vaga de êxodo rural, mas também ao reforço das comunidades transmontanas locais,¹⁰ à maior liberdade associativa advinda com a revolução de 1974, ao desejo de intervenção de emigrantes, retornados e exilados.

Existiram representações em três ex-colónias (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), sendo as duas primeiras das mais antigas (de 1912, só superadas pelas de Lisboa e Porto), tendo tido actividade de grande relevo (ver Melo, 2004). Fonte (1998a: 144) aponta também uma associação em Macau, mas sem a designar.

Com a consolidação de fluxos migratórios e das próprias comunidades migratórias portuguesas, diversificaram-se as associações voluntárias. Além daquelas que agregavam os portugueses em geral, as associações subétnicas foram-se disseminando pela diáspora. No caso transmontano, surgiram representações em França, Suíça, Luxemburgo, Alemanha, África do Sul e EUA (Fonte, 1998a: 144).

8 Segundo esta doutrina, os territórios periféricos com uma certa identidade étnico-cultural deviam bater-se junto do poder político central para obterem não só o reconhecimento oficial como um certo estatuto autonómico.

9 Existirá também um núcleo transmontano em Águeda, mas informal (Fonte, 1998a: 145).

10 É claramente o caso vimaranense, pois esta comunidade reunia-se informalmente desde 1962 (ver “Como nasceu esta Casa”, 1975: 1).

Quadro 1 Casas regionalistas trasmontanas em Portugal e na diáspora

Data de criação	Nome	Cidade da sede	País
1905/ 1926/ 1929/ 1940	Club Transmontano/ Associação dos Trasmontanos/ Grémio de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD)/ Casa de TMAD	Lisboa	Portugal
c.1908	Club Transmontano	Porto	Portugal
1912	Clube Trasmontano de Angola	Luanda	Angola
1912	Club Transmontano de Lourenço Marques	Lourenço Marques	Moçambique
1923	Centro Transmontano/ Casa de TMAD	Rio de Janeiro	Brasil
1924	Centro Duriense*	Rio de Janeiro	Brasil
1929	Associação dos Trasmontanos	Lobito	Angola
1932	Centro Guerra Junqueiro/ Centro Transmontano de São Paulo	São Paulo	Brasil
1947?	Centro Transmontano do Porto	Porto	Portugal
19??	Clube de Trás-os-Montes da Guiné	Bissau (?)	Guiné-Bissau
1969	Casa de TMAD de Coimbra	Coimbra	Portugal
1971(?) -74	Clube de TMAD	Lourenço Marques	Moçambique
1972	Casa de TMAD de Guimarães	Guimarães	Portugal
1974	Casa de TMAD de Nampula	Lourenço Marques	Moçambique
1978	Casa de TMAD de Aveiro	Aveiro	Portugal
1984	Casa Regional dos Trasmontanos e Alto-Durienses do Porto	Porto	Portugal
1985/2001	Federação das Casas de TMAD	[nb: sede rotativa]	
1986	Casa de TMAD de Braga	Braga	Portugal
1986	Casa de TMAD de Viana do Castelo	Viana do Castelo	Portugal
1995	Casa de TMAD de Tomar	Tomar	Portugal
1991	Casa de TMAD de Newark	Newark (N. Jérсия)	EUA
1998	Casa de TMAD do Algarve	Faro	Portugal
pré-2001	Casa de TMAD de Leiria	Leiria	Portugal
pré-2001	Centro Transmontano de Niterói	Niterói	Brasil
????	Transmontana Futebol Clube Larochette	Larochette	Luxemburgo

Fontes: para Angola: "Trasmontanos pelo mundo: arriba! Arriba!", 1929 (para Assoc. dos Trasmontanos, do Lobito); para o Brasil: Paulo, 2000: 181 (para Rio e S. Paulo); Lobo, 2001: 94; Muller, 2002: 322; A. J. Silva, 2001 (para Niterói); Trindade e Caeiro, 2000: 81; para os EUA: "Newark (Estados Unidos)" (1999); para o Luxemburgo: SECP-MNE, 2005 (<http://www.secomunidades.pt/directorio.php?page=173>); para Portugal: "A 'Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro', em Coimbra" (1969); "Assim vai a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro de Aveiro" (1978); P. Avelanoso, 1925 [Porto]; Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, 3, 2002 (2002): 72-82; A. G. Pires, 1995 [Tomar]; A. J. Silva, 2001 [FCTMAD, Leiria, etc.].

Associando esta informação à fornecida pela base de dados oficial sobre o associativismo português na diáspora presente no sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (<http://www.secomunidades.pt>), constatamos que, afinal, o senso comum só em parte está certo quando alcandora os trasmontanos à liderança associativa, pois também se verifica grande dinâmica noutros grupos subétnicos, como os minhotos, os madeirenses, os alentejanos, os beirões, etc.

Seja como for, constata-se uma extrema disseminação do associativismo

transmontano, quase a par da extrema dispersão da diáspora lusíada.

Vejam, então, alguns casos em pontos distintos, para averiguar as suas características, actividades, singularidades e pontos em comum.

Estudos de caso: a casa-mãe, Luanda colonial, a diáspora americana e a dispersão interna

O Club Trasmontano, de Lisboa (1905-)

Uma das primeiras instituições regionalistas portuguesas de âmbito provincial foi, precisamente, o Club Trasmontano (actual CTMAD), sediado em Lisboa.

A casa-mãe transmontana surgiu há 100 anos, num contexto de afirmação do associativismo voluntário, forma de solidariedade dum mundo atingido pela modernização capitalista e pela afirmação liberal ocidental.

O Club Trasmontano pretendia, originalmente, congregar uma comunidade migratória interna na capital do país. Conterrâneos de elevado estatuto social e económico¹¹ juntaram-se para formar um grupo de defesa e promoção duma região e duma subetnia.¹² Seguiu-se um critério misto de inscrição, ou naturalidade ou consanguinidade (e tanto para residentes no país como no estrangeiro), a categoria de “sócios beneméritos” podia contemplar estranhos, desde que tivessem prestado “serviços relevantes” à “província de Tras os Montes” (embora sem direito de voto ou a ser dirigente) e permitia a presença de amigos ou conhecidos dos associados; revelava, portanto, uma grande abertura, apesar da centralidade do parentesco (Club Trasmontano, 1905: 1 e 4). Pugnava pela “mais estreita fraternidade” no seu seio e seguia a divisa “Um por todos e todos por um” (*idem*: 1). Mas este Club era também um espaço selecto de confraternização entre conterrâneos bem posicionados.¹³ Surgira num tempo em que as associações voluntárias eram socialmente muito estratificadas na sua frequência: havia clubes para a burguesia e os aristocratas, outros para as classes médias, e outros ainda para o operariado.

Tal sociabilidade, porém, não implicava uma actividade exclusivamente

11 Entre os 17 assinantes dos estatutos iniciais, destaquem-se o Dr. António José Pires Avelanoso (1861-1938, fundador do jornal *Norte Trasmontano* em 1895 e secretário do Ministro do Reino em 1905), Cândido Pinheiro de Castro (1852-1935, capitalista luso-brasileiro, conhecido como Sotto Maior/ Sotomaio), Dr. Abílio de Lobão Soeiro (adm. concelhio, deputado, gov. de Évora, e dos territórios da Cia. do Niassa, senador, comendador) e o pe. Ernesto Augusto Pereira Salles (1864-19 —, formado em teologia pelo Seminário de Bragança, presbítero, capelão militar); Fonte (1998a).

12 Prescrevem os estatutos originais: “O fim essencial do Club Trasmontano é unir os esforços de todos os seus sócios em ordem a organizar-se na capital um centro que incessantemente vele pelos interesses da província de Tras os Montes, e promova os progressos da mesma província, moraes[,] materiais e económicos” (Club Trasmontano, 1905: 1, verso).

13 É sintomático verificar que, ao lado dos “sócios efectivos” (residentes em Lisboa), se inscreviam automaticamente como “sócios correspondentes” (i.e., os residentes fora da capital) os agentes da elite provincial: professores, presidentes das câmaras municipais, directores de jornais e párocos (*idem*: 4).

elitista. Como Durkheim (1989: 150-2) salientou no respeitante à *solidariedade orgânica*, quanto maior é a divisão do trabalho nas sociedades maior é a interdependência entre os indivíduos. Nesse sentido, foi prática corrente a assistência material (bodo aos pobres, apoio na procura de emprego, bolsas de estudo, etc.). Mais, a própria prática filantrópica inseria-se numa vontade de aproximação, não só simbólica como física. Os corpos partilhavam danças, saberes e comida, o olfacto, a audição e a visão, em festas e bailes, em comemorações e conferências. Cumprindo o estatuído, realizaram-se ainda inúmeras reuniões das famílias dos sócios, jogos lícitos, saraus recreativos e literários e excursões (ver órgãos impressos e imprensa regionalista, e Grémio de Trás-os-Montes, 1933).

Outros espaços de sociabilidade foram as conferências e palestras. No entanto, estas também foram muito importantes para a criação dum sentimento de pertença e para uma comunhão de valores, imagens e representações sobre a terra de origem, a *pequena pátria*, o torrão natal, e sobre a subetnicidade dos comprovincianos transmontanos. Tal fica claro por um rápido relance pelos títulos e temas da maior parte destas intervenções: a maioria delas versa assuntos transmontanos, e muitas concentram-se na própria questão da identidade sociocultural (ver quadro 2). Há também uma grande atenção à melhoria das condições de vida na província, à aposta no seu desenvolvimento, através da reflexão e propostas sobre casos e sectores concretos. Mesmo quando se fala de intelectuais e doutras personalidades marcantes, é quase sempre por serem naturais da região e assim se poder demonstrar como a região é valiosa, para se exaltar a regionalidade (ver, p. e., o escritor Trindade Coelho e o poeta Guerra Junqueiro). Aprofunda-se, também, a doutrina regionalista, em articulação com a imprensa militante (ver séries de artigos “Acção regional”, publicados no semanário *Traz-os-Montes* em 1925/6).

Também os congressos e outros fóruns vão nesse sentido da afirmação regionalista. Mais: são os formatos ideais para uma afirmação de força perante as autoridades públicas. Veremos isso mais adiante, num subcapítulo agregador, dado serem iniciativas co-organizadas.

A existência e actividade da casa-mãe serviram como guia para as restantes (e para os comprovincianos); como estímulo para a emulação, como exemplo de boas práticas e como marco relevante e por todos reconhecido da presença regionalista. Refiram-se as constantes centrais: a construção dum espaço congregador da comunidade imigrante da capital; e a invenção do território da regionalidade, envolvendo um trabalho de *metamemória*, i.e., a representação elaborada por indivíduos ou grupos sobre a própria memória (Candau, *ap.* Sobral, 2004: 141). A identidade transmontana foi um processo de construção de representações, valores e crenças comuns e para serem partilhadas por determinados indivíduos e grupos. Este processo implicou uma vontade colectiva, um projecto desenvolvido ao longo de algum tempo e a estruturação duma *socialização mnemónica* por *comunidades mnemónicas* (Zerubavel, *ap.* Sobral, 2004: 142). Ou seja, tais comunidades propuseram a partilha dum passado social memorizável e relativamente consensual. Porém, essa partilha é matizada pela diferenciação social, estendendo as observações de Parkhurst (1996) para a regionalidade duriense.

O projecto regionalista implicou, então, uma abordagem do espaço (do território de pertença) mas também do tempo (dum certo passado histórico, geracional,

Quadro 2 Conferências da CTMAD, em Lisboa (1930-2001)

Data	Autor	Título	Tema ou subtema
25/01/1930	Dr. Ferreira Deusdado (pres. CTMAD)	Traz-os-Montes	História, etnografia, economia, regionalismo.
21/02/1930	Dr. Sousa Costa (escritor)	Aspectos trasmontanos	Regionalismo
15/03/1930	Dr. José Pontes (escritor)	Homens bons e homens fortes de Traz-os-Montes	<i>Idem</i>
12/04/1930	Dr. José Viana	Riquezas de Traz-os-Montes; vinhos durienses	Economia regional, agricultura (enologia)
26/04/1930	Dr. Augusto Norberto Lopes (jornalista)	Virtudes dos trasmontanos	História, regionalismo
03/05/1930	Eng. Fernando de Sousa (conselheiro)	As comunicações de Traz-os-Montes em relação com a sua economia	Economia regional (transportes)
03/05/1930	Dr. F. Leite Machado	Águas minerais de Traz-os-Montes	Economia regional (recursos naturais)
17/05/1930	Gomes Monteiro (jornal.)	A harmoniosa alma de Traz-os-Montes	Cultura regional (cantos regionais)
17/01/1931	Fernando José da Costa	A reorganização administrativa e a província de Trás-os-Montes - O nordeste e o leste minhotos	História regional, política, regionalismo
--/05?/1931	Dr. Luís Machado Pinto (dir.-geral da Assist.ª)	[Assistência pública em Portugal]	Política social
--/06/1931	Dr. F. Leite Machado	A profilaxia da tuberculose e as obras de preservação das crianças	<i>Idem</i> , medicina
--/06/1931	Emília de Sousa Costa (escritora)	Alma dos trasmontanos	Regionalismo (hospitalidade, etc.)
193-	Dr. Sousa Costa (escritor)	Quadros vivos de Trás-os-Montes	Regionalismo
193-	Dr. Sousa Costa (escritor)	Jornadas por Trás-os-Montes	<i>Idem</i>
193-	Dr. José Pontes (escritor)	Como eu mostrei Portugal aos estrangeiros	Turismo cultural (?)
193-	Branca de Gonta Colaço (poetisa)	A viagem dos aviadores trasmontanos à Índia	Regionalismo
193-	J. C. de Carvalho Teixeira (ten.-cor.)	Um circuito de turismo trasmontano	<i>Idem</i> , turismo cultural
193-	Luís Chaves (arqueólogo)	A poesia da terra e do povo trasmontano	Regionalismo, folclore
193-	Dr.ª Maria Cândida Parreira	Mulher antiga e mulher moderna	Sociedade
193-	Maria Amélia Teixeira (dir. <i>Portugal Feminino</i>)	Beneficência	Política social
26/05/1945	João Baptista Vilares	Sambade[.] povoação progressiva e feliz	Património, turismo
15/01/1947	Dr. Sousa Costa	Três junqueiros distintos, mal conhecidos de amigos e inimigos	Literatura lusa (via autor conterrâneo)
22/02/1947	J. C. de Carvalho Teixeira (brig.)	Como se viaja em Trás-os-Montes	Turismo, património, informação útil
15/03/1947	Eng. José de Abreu	O problema das comunicações em Trás-os-Montes	Economia regional (transportes)
19/04/1947	Eng. Virgílio Rui Teixeira Lopo	Projeção em Trás-os-Montes do problema técnico e económico nacional	Tecnologia & economia
10/05/1947	Prof. Dr. Mário Braz	Actividade médico-veterinária em Trás-os-Montes	Saúde pública
06/06/1947	Dr. Norberto Lopes	Trindade Coelho, o exemplo da sua vida e a lição da sua morte	Literatura lusa (autor conterrâneo)

(continua na p. seguinte)

02/12/1947	Sr. Armando Boaventura	Trás-os-Montes visto do Rio de Janeiro	Património, regionalismo
13/12/1947	Mons. José de Castro	A vida e a obra do Abade de Baçal	Biografia & etnografia (a. conterrâneo)
15/12/1948	Cap. Gastão Sousa Dias	Doutor Manuel Alves da Cunha	Biografia a. conterrâneo
12/03/1949	Prof.ª Dr.ª Cândida Florinda Ferreira	A sericultura em Trás-os-Montes	Indústria da seda
20/07/1949	Dr. José Francisco Rodrigues	O problema do artesanato português	Artesanato
1949	Dir. Arq.º Hist.º do Minho	Trindade Coelho	Literatura lusa (autor conterrâneo)
03/12/1976	Drs. Varejão Castelo Branco, Borges da Fonte, Emílio Sendas, Sebastião Pizarro, Eng. Vasco da Fonseca	Conferência (mesa-redonda): a saúde em Trás-os-Montes	Saúde pública
1980	Prof. Adriano Moreira	Expansão e impacto das comunidades transmontanas no mundo	Emigração
24/01/1981	Dr. Guilhermino Pires	O herói Milhães: mito ou símbolo de capacidade de resistência dos transmontanos	Regionalismo (heroicidade)
1981	Dr. António Carneiro Chaves	A integração de Portugal na CEE e a regionalização da agricultura transmontana	Política regional, agricultura
1982	Eng. Virgílio Teixeira Lobo	Trás-os-Montes e Alto Douro na perspectiva do Portugal do futuro	Prospectiva regional
1984	Eng. Luís Valente de Oliveira (prof. univ.)	Plano de Desenvolvimento Rural e Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro	Economia regional
1984	Dr. Osvaldo de Aguiar	Em Trás-os-Montes e Alto Douro, banco regional ou sociedade de desenvolvimento regional	<i>Idem</i>
1984	D. António José Rafael	Humanismo transmontano	Identidade cultural regional
1985	Prof. Fernando Real (reitor do Inst.º Univ.º de TMAD)	O problema do vinho fino	Enologia regional
1985	Prof. Fernando Real	A problemática da educação em Trás-os-Montes e Alto Douro	Educação regional
15/11/1985 (SGL)	Prof. Fernando Real	Universidade e desenvolvimento regional	<i>Idem</i>
1990	Eng. António Meneses	Complexo Agro-Industrial do Cachão	Economia regional
1991	Prof. Adriano Moreira	<i>A Queda de um Anjo</i> e a classe política	Política
10/05/1996 (SGL)	Dr. Júlio Meirinhos Santana (pres. C. M. Miranda do Douro)	Ensino superior e desenvolvimento regional	Educação regional
17/05/1996 (SGL)	Prof. José Manuel Gaspar Torres Pereira (reitor UTAD)	Turismo: o poder da região	Turismo regional
17/04/1999	Dr.ª Laura Cesana (pintora)	[Presença hebraica na região de TMAD]	Etno-história regional
2001	Porfírio Agostinho, Eng. Matilde Rodrigues Alves	[Barroso e suas gentes]	Etnografia regional

Fontes: *Trás-os-Montes*, n.ºs 126, 129, 133 e 134 para 1930, e n.ºs 154, 158 e 163 para 1931 (com achegas de Grémio de Trás-os-Montes, [1933]); *Trás-os-Montes e Alto Douro*, n.ºs 8-9 para 1945, 2 para 1947, 10 para 1948, 12-13 e 14-15 para 1949; *Folha informativa da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa, CTMAD, n.º 1 para 1976; "Um trabalho..." ([1991]), para 1980-1991; *Notícias de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa, CTMAD, n.º 14 para 1999, n.º 36 para 2001; AHCTMAD, correspondência com José Francisco Rodrigues (do INTP), incluindo o texto integral da sua conferência, etc.

Nota: sobre as conferências de dirigentes e sócios da CTMAD extramuros ver Grémio de Trás-os-Montes (1933: 6/7).

vivencial).

Os recursos mnemónicos foram variados: o impresso (signos identitários como os cartões de sócios, folhas volantes, jornal, opúsculos, actas), central para a construção da identidade grupal duma *comunidade imaginada*, tal como salienta Anderson (1993: 6, 24-5 e *passim*); o evento social (iniciativas assistenciais,¹⁴ festas, bailes, recepções), cultural (exibições de ranchos folclóricos, exposições de artes plásticas, de artesanato, biblioteca/ gabinete de leitura) ou sociocultural (festas anuais, excursões turístico-culturais à região, recepção/ reuniões com dirigentes congéneres, conferências, congressos). Para a biblioteca privilegiava-se estatutariamente a aquisição de obras para informação/ autoformação (“encyclopedias e livros de instrução pratica e de educação” — Club Trasmontano, 1905: 9). Mas também nela se criou uma colecção especial, a do regionalismo transmontano, que abarca sobretudo cinco tipos de obras: 1) as ligadas a estas instituições (incluindo as actas dos congressos); 2) as obras mais doutrinárias (ver, p. e., Deusdado, 1934); 3) as monografias locais e obras descritivas de âmbito provincial (guias, roteiros, resenhas históricas ou etnográficas, etc.); 4) jornais da imprensa local e regional; 5) as obras de intelectuais ou de notáveis ligados à província (sobretudo de ficcionistas).

O Clube Trasmontano de Angola (1912-1975)

Um núcleo bibliográfico regionalista também foi promovido pelo Club Trasmontano de Luanda (ver “Beneméritos...”, 1946; ou Melo, 2004: 8), o seguidor imediato da casa-mãe, criado na Luanda colonial de 1912 e extinto com a independência angolana e o retorno da maioria da minoria branca metropolitana, em 1974/5.

Na sua imprensa específica (ver bibliografia primária) verificou-se que muitos dos textos de exaltação da pertença regional adquiriam a sua legitimação na patrimonialização da cultura local. Ou seja, o valor regional é tanto maior quanto mais se imbrica em factos, eventos ou vultos ligados à cultura. A imprensa deste clube é um precioso repositório de textos sobre folclore regional (p. e., Tavares, 1942; Baçal, 1945) e “homens ilustres” como Camilo, Torga, Abade de Baçal (ver J. T., 1945; J. M., 1948; “Camilo...”, 1948; Sá, 1966), etc.

A África era vista como uma terra distante, sobretudo pelos colonos pioneiros de início de novecentos, daí a maior ligação à terra de origem. A questão do convívio, mas dum convívio de partilha identitária, na comunhão duma saudade natal pela troca de afectos e emoções, na cumplicidade de lembranças de pertença, foi muito importante para a comunidade de colonos, sobretudo para as primeiras gerações. E assim foi por um motivo relevante: os pioneiros sentiam, compreensivelmente, mais o isolamento e a estranheza num meio adverso (senão hostil), com um clima inóspito e violento, a ameaça de doenças graves (acentuada

14 Aspecto convocado dum modo alegórico nos versos recitados na “Festa dos Filhos dos Trasmontanos pobres” de 1932: “Vocês não têm sapatos.../ — Que mundo de desenganos — / Não faz mal. Eu dou-vos um: / O Grémio dos Trasmontanos!” (Grémio de Trás-os-Montes, 1933: 10/1 [extratexto]).

pelas debilidades médico-sanitárias), a carência de contactos sociais e de distrações, a vivência minoritária junto de comunidades étnicas estranhas e com a memória de conflitos violentos recentes (sobre a adversidade ver Castelo, 2005: cap. VI; e Melo, 2004).

Paralelamente, e perante a ausência dum estado social, a previdência erigiu-se como uma área necessariamente prioritária. Daí a aposta na assistência médico-medicamentosa, nos subsídios pecuniários a necessitados, viúvas e soldados, na oferta de comida e tabaco a doentes, etc.

Frequentemente, a própria previdência incluía uma dimensão afectiva, patente nas visitas altruístas aos mais necessitados (em casa ou no hospital), nas palavras de consolo ou de condolências, na felicitação pelo aniversário natalício, na organização de festas de casamento, etc., etc. Aliás, o afecto emanava de muitos discursos e textos de imprensa, encontrando a sua síntese semântica nas expressões então correntes de “amparo” e “solidariedade”.

O Centro Trasmontano do Rio de Janeiro (1923-)

Foi também visando atenuar fragilidades individuais e colectivas que se estruturou a representação do Rio de Janeiro, em 1923. Singularmente, esta e outras instituições provinciais surgiram aí na década de 1920 como plataforma de apoio para o lançamento duma representação nacional no Brasil (Trindade e Caeiro, 2000: 80), e estimuladas pelo semanário luso-brasileiro *Patria Portuguesa*, cujo responsável era o transmontano Crisóstomo Cruz. Tentava-se assim ter maior capacidade de recrutamento e maior força representativa. Também se pretendia racionalizar recursos: alugara-se e adaptara-se um grande apartamento para as diversas casas provinciais. A entajuda interprovincial ia mais longe: os transmontanos (e outros já de pé) apoiaram então o arranque das restantes casas (p. e., “A caminho...”, 1925; nb: os minhotos retribuiriam com o acolhimento da sede transmontana em 1947 — ver Torres, 1987: 66). Este projecto culminará na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (de 1931), quando já existiriam cerca de 15 mil associados naquela constelação provincial (Muller, 2002: 323; e Lobo, 2001: 94), sendo que em 1928 existiam acima de 3 mil associados transmontanos (“Rio”, 1929).

A beneficência foi uma das linhas de força do associativismo imigrante em todo o mundo desde inícios de oitocentos (ver caso brasileiro em Muller, 2002: 314 e 328), estruturador e congregador, daí também a sua imediata incorporação pelo regionalismo. Estas casas aperfeiçoaram tal função, através da troca de contactos e da diversificação dos apoios. Além das regalias materiais concedidas aos sócios (descontos em diversos tipos de estabelecimentos comerciais, apoio na burocracia, consultas e visitas médicas gratuitas), funcionavam como agências de emprego (Lobo, 2001: 94), de colocação dos imigrantes conterrâneos ou de apoio à subsistência, ao alojamento ou à viagem de retorno.¹⁵

Além disso, a representação transmontana realizou ainda a vertente mais sociocultural: biblioteca, palestras, exposições, saraus, etc. (Lobo, 2001: 94; e *Patria Portuguesa*). Em contrapartida, esteve no início separado do núcleo duriense.

A CTMAD de Guimarães (1972-) e o CRTADP (1984-) como símbolos da dispersão interna recente

As casas de Guimarães e do Porto são duas das que surgiram no contexto da última vaga de êxodo rural para as grandes cidades portuguesas, respectivamente em 1972 e 1984. Todavia, ambas vinham detrás: a comunidade vimaranense reunia-se regularmente (mas informalmente) desde os anos 60, em piqueniques e festas; a portuense tivera representações no início de novecentos e no pós-II guerra mundial, ambas efémeras mas com impacto associativo e público, nomeadamente no auxílio a vítimas das cheias de 1909 (Avelanoso, 1925: 2) e na promoção da imagem da província.

Embora recentes, aquelas casas também apoiam a sua existência numa forte componente de apoio material, com paralelo no contexto da designada *emigração económica* (Trindade e Caeiro, 2000: 80), embora mais centradas nas redes de contactos do que na assistência (ver órgãos impressos próprios).

Aproveitam também a função recreativa: a necessidade de se ter um espaço de encontro e de convívio após o trabalho e durante os curtos tempos de lazer.¹⁶ Através da oferta de serviços atractivos (bar, restaurante), de festas cíclicas tradicionais, de jogos colectivos e de meios de comunicação ainda não acessíveis a todos ou cuja recepção em conjunto é valorizada (caso do jornal e da telefonia, mas, sobretudo, da televisão; ver, respectivamente, boletim *Além Marão*, p. e., “Como nasceu...”, 1975; e Gonçalves, 2002).

O afrontamento político-partidário foi praticado por certos dirigentes do *transmontanismo*, acabando por prejudicar as próprias instituições: vejam-se as críticas à Casa do Barroso no Porto (Fonte, 1979; Borges, 1980; “Desmentido...”, 1980), ao Movimento Democrático Português (partido de esquerda) e à Câmara Municipal de Guimarães (“Somos...”, 1979). Também Silva (2003), analisando o associativismo luso-brasileiro de São Paulo, demonstra que, muitas vezes, o grau de discricionariedade e o carreirismo dos dirigentes associativos acaba por comprometer a própria confiança na instituição e na união de esforços, diminuindo o impacto e representatividade sociais.

15 Eis alguns exemplos: “pequeno auxílio” à comprovinciana Magdalena Cordeiro (por “vivendo em precárias circunstâncias”) e apoio ao repatriamento do adoentado consócio Albano dos Santos, por pedido epistolar destes (“Centro Trasmontano”, 1925).

16 A propósito, ver a biografia do sócio n.º 1 da CTMAD vimaranense: “Nasceu em 13-8-1896 na freguesia de Soutelo, concelho de Vila Pouca de Aguiar, onde fez a 4.ª classe, coisa rara nesse tempo. Até 1918 trabalhou na agricultura. Nessa data veio para Guimarães, onde casou com a minhota D. Maria Belém Costa. Aqui iniciou a sua vida como marçano, depois e até à sua reforma, em 1969, fez parte da Firma João Ferreira das Neves. [par.º] Visita a sua terra natal com frequência, tendo por ela a maior admiração. [par.º] Gosta muito de conviver e, a prová-lo, está o facto de subir diariamente as escadas da nossa Sede, para ler os jornais e meter uns dedos de conversa com os mais novos. Um verdadeiro transmontano dos *d’antes quebrar que torcer*” (“Tio...”, 1975).

O capital social como activador do regionalismo transnacional

A possibilidade de o movimento regionalista português articular em rede uma intervenção pública está presente, desde logo, na ideia da sua confederação, com ensaios desde 1928 (Vila, 1928), passando por 1937 e 1941, e, finalmente, materializada no Conselho Nacional das Casas Regionais, em 2001 (Melo, 2005: 121-125). Também está representada no Conselho das Comunidades Portuguesas, criado em 1996 como órgão consultivo do estado português (<http://ccp-mundial.org>). O fracasso congregador sob a ditadura deve-se, em grande medida, ao conflito latente entre sociedade civil e estado e ao cerceamento oficial do espaço público (Melo, 2005). Este fenómeno sugere que é somente sob a democracia que é possível estimular o alargamento do espaço público e articular de modo mais produtivo as relações institucionais entre a sociedade e o estado (Couton e Cormier, 2001).

Num contexto de globalização crescente dos fluxos migratórios e electrónicos de massas (Appadurai, 1997: 3, 8-9 e *passim*), o associativismo regionalista adaptou-se, construindo a ideia duma comunhão transnacional, só possível em comunidades já consolidadas na diáspora e com acesso e familiaridade com os meios electrónicos. À ideia duma pertença territorial sobrepõe-se o sentimento de comunhão entre pessoas (e associações) que partilham um ponto comum prévio, mas cujo elo é reforçado pela sociabilidade e intercâmbio.

Tal processo tem uma forte componente de reconhecimento sociocultural mas é também o corolário da necessidade duma maior representatividade e capacidade reivindicativa junto das autoridades públicas (ver exemplo ítalo-canadiano em Harney, 1998).

Concretizando para o caso transmontano, os três congressos realizados em Portugal (1921, 1941 e 2002; ver bibliografia específica e Fonte, 1998b e 2003a) são um forte instrumento de pressão sobre o poder político. Visam resolver problemas materiais e institucionais e desconcentrar competências ou, até, a regionalização político-administrativa, tendo menor tom reivindicativo no contexto ditatorial (1926-1974, donde, abarcando o II Congresso).¹⁷ São ainda, e por isso mesmo, um espaço de encontro de comprovincianos influentes ou com autoridade aceite ou legitimidade na respectiva área profissional. São também um espaço de confluência de todo um conjunto de associações congéneres e até de instituições públicas cujos dirigentes as apoiam ou perfilham parte do ideário. O intercâmbio entre dirigentes era também frequente, com confraternizações e palestras como ponto alto (muito promovido pela casa de Lisboa, p. e., face às do Rio, Luanda e Guimarães: ver *Trás-os-Montes e Alto Douro*, n.º 2, 1948; “Confraternização...”, 1971).

Daí, ainda, as uniões interassociativas. A Federação das Casas Regionais dos Transmontanos e Alto-Durienses, ponto alto da concertação de esforços, foi criada em 2001, numa gestação que vinha de 1985/6 (em reuniões entre várias casas,

17 Os colóquios para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real (5-9/X/1970) e Perspectivas Culturais para Trás-os-Montes (22/I/1977) foram outros contributos para a reflexão e intervenção públicas. Cf., respectivamente, *Notícias de Trás-os-Montes*, n.ºs 40 (1970) e 41-42 (1971), e *Além Marão*, n.ºs 20 e 21 (1977).

visando também lançar o III Congresso; ver Fonte, 2003b) e após propostas antigas malogradas (ver Varejão, 1926).

Outros exemplos revelam a consciência da importância de uniões sectoriais: ver a “Federação Transmontano-Duriense de Bandas Filarmónicas”, fundada em 1999 em Vila Real (<http://www.geocities.com/FTDBF>) ou a cooperativa de autores e criativos transmontanos Trasald, também criada recentemente (*ap. informação pessoal de Barroso da Fonte*).

As plataformas unitárias devem muito à internet, e o alcance da *comunidade imaginada* e da comunidade regional transnacional é por ela muito reforçado. O elo virtual tem um grande impulso, não só com os sítios específicos mas também com o correio electrónico e a possibilidade de pesquisa e de novos contactos através de grandes motores de busca como o Google. Alguns dos sítios são das federações, mas outros são portais regionalistas, como o “Espigueiro”, sintomaticamente subtítulo “Central de Informações Regionais” e criado pela universidade local, a UTAD (ver <http://www.espigueiro.pt>). Neste existe informação útil (p. e., um sistema de informação geográfico-cadastral) e notícias sobre a província, hiperligações para instituições relevantes e um serviço de busca de pessoas que se encontraram (“ponto de contacto”) para utilizadores registados.

Conclusões

Através do enfoque no exemplo transmontano, constatou-se que o associativismo regionalista português articula quatro dimensões principais (a assistencial, a social, a cultural e a política), frequentemente indissociáveis. Nesse sentido, cumprem distintas e complementares funções de teor mediador e integrador.¹⁸ Além disso, a proporção de cada qual varia no tempo e no espaço de inserção. Assim, a dimensão assistencial foi, inicialmente, muito premente (incorporando a matriz do associativismo primevo), sobretudo onde a imigração económica foi mais acentuada (é o caso do Brasil, mas também em Lisboa até à II guerra mundial). Vinha amiúde combinada com uma vertente social, pelo convívio na sede, excursões, entretenimento, festas, formação. Esta, por sua vez, associou-se à dimensão cultural, na construção da regionalidade, através de conferências, exposições, na busca e divulgação de tradições populares regionais, reforçando-se assim a entreatajuda, a confiança interpessoal e institucional, a identificação cultural e a intervenção pública.

Quanto às principais dimensões do *capital social* (Putnam, 2002: 9-11), o associativismo regionalista transmontano configura um caso relativamente híbrido.

Assim, ele promove o *capital formal* (assente em líderes reconhecidos, requisitos para filiação, encontros regulares, etc.), embora possibilite ambientes lúdicos mais próprios do *capital informal* (como o convívio num bar ou restaurante); combina uma sociabilidade *densa* com outra *fluida*, pois tanto permite um convívio regular

18 Cobrem, em maior ou menor grau, as cinco funções referidas por Roßteutscher (2000: 234): “(i) mediação de interesse; (ii) fonte de legitimidade política; (iii) ajuda funcional à tomada e execução das decisões, (iv) escola de democracia, e (v) integração social”.

quotidiano socialmente mobilizador e colectivamente protector como possibilita contactos esporádicos com amigos/ conhecidos e vantagens materiais (ver ex. luso-brasileiro); tem uma *incidência interior*, patente no seu carácter subétnico, ainda assim não descurando a filantropia, patente sobretudo no apoio material (dinheiro, roupas, resoluções burocráticas, agência de emprego, etc.); constitui ainda um capital social *vinculativo* (*bonding*), dada a premência das afinidades subétnicas (embora entre os associados possam constar familiares africanos, americanos e outros, estes enquanto sócios “honorários” ou “beneméritos”), mas também promovendo o cruzamento de distintos grupos socioeconómicos.

O capital social, ao materializar redes de associações empenhadas, estimulou grandemente a vocação reivindicativa junto das autoridades públicas, cuja permeabilidade foi qualitativamente inferior durante a ditadura, denotando uma resistência estrutural no relacionamento com o associativismo voluntário civicamente mais dinâmico.

O associativismo regionalista ligado à imigração para as grandes urbes também pretende valorizar os indivíduos que se inserem num contexto sociocomunitário mais complexo: não é só uma questão reivindicativa ou de representação; os indivíduos que se unem em torno destas instituições, ao promoverem um certo regionalismo, estão também a defender-se a si próprios e a dar sentido às suas vidas, pois é um modo de conhecerem outras pessoas, de aprofundarem as suas identificações, de retirarem benefícios da rede de contactos de cada qual e de outras instituições em que os seus interlocutores estão inseridos. Em suma, contribui para a integração social e serve para aumentar o capital social de cada um, ao mesmo tempo que reforça uma certa pertença identitária e que dá influência a uma comunidade subétnica relativamente delimitada. Tal tendência afigura-se tão mais central quanto mais distante se está do ponto de origem regional.

A componente política e cívica é, assim, estruturante: mesmo que a ideia de se resgatar uma autonomia político-administrativa para a região de origem não vingue, afirma-se um espaço de intervenção pública (influenciando a decisão pública, mediando interesses), reforçam-se os vínculos sociais e institucionais (integração e aprendizagem da actuação democrática) e promove-se uma identidade cultural mais complexa, que vai além do exclusivismo (nacional ou outro). Além disso, a união tem vindo a aperfeiçoar-se, globalizando a *comunidade imaginada*, possível pela consolidação das comunidades diaspóricas e das internas ao estado-nação, pelo reforço das plataformas unitárias (simultaneamente representativas e de pressão: federações, participação no Conselho das Comunidades Portuguesas), pela intensificação dos fluxos electrónicos e pelo carácter congregador de alguns destes fluxos (ver os sítios e portais específicos de internet).

Bibliografia citada ou consultada

Fontes primárias: títulos da imprensa consultada

- Além Marão: Jornal da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1975-2003), Guimarães, CTMAD.
- Boletim Cultural e Informativo da Casa Regional dos Transmontanos e Alto-Durienses do Porto* (1985-2000), Porto, CRTADP.
- Boletim da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1955), Lourenço Marques, CTMAD.
- Boletim informativo da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1978-1993), Lisboa, Ant.º Eduardo Carneiro (org. e ed.). Nb: cont. de *Folha informativa...* (1976-77), cont. por *Notícias...* (1995-).
- Brigantia: Revista de Cultura* (1981-1989), Bragança, Assembleia Distrital de Bragança.
- Clube Trasmontano de Angola/ Trasmontano* (1942-1943, 1945-1946, imp. 1948, [1948], 1950, 1966), Luanda, CTA.
- Estudos Transmontanos* (1983-1984), Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real, 2 n.ºs. Nb: cont. por *Estudos Transmontanos e Durienses* (1985-2000).
- Estudos Transmontanos e Durienses* (1985-2000), Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real. Nb: cont. de *Estudos Transmontanos* (1983-1984).
- Folha informativa da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1976-1977), Lisboa, CTMAD. Nb: cont. por *Boletim informativo...* (1978-93) e *Notícias...* (1995-).
- Ilustração Trasmontana: Archivo Pittoresco, Litterario e Scientifico das Terras Trasmontanas* (1908-1910), Porto, Empreza da Ilustração Trasmontana, Joaquim Leitão (org.), 3 volumes.
- Notícias de Trás-os-Montes* (1969-1972), Lisboa, Soc. Rep. Cancela.
- Notícias de Trás-os-Montes e Alto Douro: Mensário Regionalista* (1995-2005), Lisboa, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Nb: cont. de *Folha informativa* (1976-77) e *Boletim informativo* (1978-97).
- Patria Portuguesa* (1925-31), Rio de Janeiro.
- Trás-os-Montes e Alto Douro: Revista Mensal da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Lisboa* (1948-1949), Lisboa, CTMAD.
- Traz-os-Montes: Órgão Regionalista da Província* (1924-1954), Vila Real, [Tip. de Julia Mesquita (Chaves)]/ Lisboa, [Imp. Beleza], quinzenário.

Fontes primárias: verbetes, artigos e actas citados

- “A ‘Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro’, em Coimbra” (1969), *Notícias de Trás-os-Montes*, Lisboa, Soc. Rep. Cancela, n.º 3, 1/VI, p. 9.
- “A caminho da Casa de Portugal: o que foi e como decorreu a sessão inaugural do pavilhão da Casa do Minho” (1925), *Patria Portuguesa*, n.º 6, 8/II, Rio de Janeiro, p. [1].
- “Assim vai a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro de Aveiro” (1978), *Além Marão: Jornal da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Guimarães, CTMAD, n.º 30, V-VI, p. 5.
- Avelanoso, Pires (1925), “No bom combate: abramos em Lisboa a ‘Casa dos Trasmontanos’”, *Traz-os-Montes: Órgão Regionalista da Província*, 12, 15/IV, Vila Real, Tip. de Julia Mesquita, pp. 1-2.

- Baçal, Abade de (1945), “Pisco ou porco pisco”, *Trasmontano*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, s. p.
- “Beneméritos do nosso clube” (1946), *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, Empresa Gráfica de Angola, n.º especial, s. p.
- Borges, Américo (1980), “Editorial: a encruzilhada”, *Além Marão*, Guimarães, CTMAD, n.º 39, I-II, p. 1.
- “Camilo o maior escritor de todos os tempos” (imp. 1948), *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, s. p.
- “Centro Trasmontano” (1925), *Patria Portuguesa*, n.º 16, 19/IV, Rio de Janeiro, p. 12.
- Club Trasmontano (1905), *Estatutos do Club Trasmontano* (documento original em papel selado), Lisboa, 10 fls. numeradas e assinadas.
- “Como nasceu esta Casa” (1975), *Além Marão: Jornal da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Guimarães, CTMAD, n.º 1, 15/VI, pp. 1-2.
- “Confraternização de trasmontanos em Lisboa e Guimarães” (1971), *Notícias de Trás-os-Montes*, Lisboa, Soc. Rep. Cancela, ano 2, n.º 52, 16/VI, pp. 1-2.
- Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, 3, Bragança, 2002 (2002), *Trás-os-Montes e Alto Douro: III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro: 2002*, s. l., III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, 3, 2002 (2003), *III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, Bragança, 26/27/28 Setembro 2002 [conclusões]*, Vila Real, Associação dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Congresso Trasmontano, 2, Lisboa, 1941 (1942), *Livro do Segundo Congresso Trasmontano*, Lisboa, CTMAD.
- “Desmentido [da Comissão Instaladora da] Casa de Barroso no Porto” (1980), *Além Marão*, Guimarães, CTMAD, n.º 39, I-II, p. 4.
- Deusdado, Domingos Ferreira (1934), *Regionalismo e Patriotismo*, Lisboa, Bertrand.
- “Estatutos da Associação dos Trasmontanos” (1926), *Traz-os-Montes: Órgão Regionalista da Província*, n.ºs 33 (1/III), 34 (16/III), 35 (1/IV), 36 (16/IV), 37 (1/V), 38 (16/V), 39 (1/VI), 40 (16/VI), 41 (1/VII), 42 (16/VII), 43 (1/VIII), Vila Real, Tip. de Julia Mesquita, p. 2.
- Fonte, Barroso da (1979), “Casa de Barroso no Porto”, *Além Marão*, Guimarães, CTMAD, n.º 38, XI-XII, p. 2.
- Fonte, Barroso da (1998a), *Dicionário dos Mais Ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, vol. I, Guimarães, Editora Cidade Berço.
- Fonte, Barroso da (1998b), “Congresso Trasmontano”, *Dicionário dos Mais Ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, vol. I, Guimarães, Editora Cidade Berço, p. 171.
- Fonte, Barroso da (2003a), “Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro (III)”, *Dicionário dos Mais Ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, vol. III, Guimarães, Editora Cidade Berço, pp. 60-68.
- Fonte, Barroso da (2003b), “Federação das casas de Trás-os-Montes”, *Dicionário dos Mais Ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, vol. III, Guimarães, Editora Cidade Berço, pp. 79-80.
- Gonçalves, José Maria Barroso (2002), “Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro do Porto”, *Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 3, pp. 78-9.
- Grémio de Trás-os-Montes (1933), *Acção Regionalista do Grémio de Trás-os-Montes*, Lisboa, Pap. Fernandes.

- M., J. (imp. 1948), "O Abade de Baçal: grande sábio e grande homem (extractos do 'Mensageiro de Bragança')", *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, s. p.
- "Newark (Estados Unidos)" (1999), *Notícias de Trás-os-Montes e Alto Douro: Mensário Regionalista*, Lisboa, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, n.º 22, XII, p. 8.
- Pires, A. Guilhermino ['Zé de Murça'] (1995), "Vamos a isto", *Notícias de Trás-os-Montes e Alto Douro: Mensário Regionalista*, Lisboa, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, n.º 1, VIII, p. 1.
- "Rio de Janeiro" (1929), *Traz-os-Montes*, n.º 103, 1/II, Lisboa, Imp. Beleza, p. 2.
- Sá, João de (1966), "Encontro com Miguel Torga", *Trasmontano*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, s. p.
- Silva, Armando Jorge (2001), "As casas regionais de Trás-os-Montes e Alto Douro unem-se em Federação", *Notícias de Trás-os-Montes e Alto Douro: Mensário Regionalista*, Lisboa, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, n.º 43, IX, p. 5.
- "Somos abertos e francos" (1979), *Além Marão*, Guimarães, CTMAD, n.º 38, XI-XII, p. 1.
- Tavares, Abade (1942), "Folclore trasmontano", *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, A. E. Morais Pimentel, n.º único, s. p.
- T., J. (1945), "Homens da nossa terra", *Trasmontano*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, s. p.
- "'Tio Augusto' o sócio n.º 1" (1975), *Além Marão*, Guimarães, CTMAD, n.º 2, 15/VII, p. 4.
- "Trasmontanos pelo mundo: arriba! Arriba!" (1929), *Traz-os-Montes*, n.º 108, 16/IV, Lisboa, Imp. Beleza, p. 3.
- Um Trabalho sobre a Vida e Actividade da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1991), Lisboa, CTMAD, 28 p. sem numeração, policopiado.
- V[arejão], Manoel H. (1926), "Porto: terra de trabalho", *Traz-os-Montes*, n.º 33, 1/III, Vila Real, Tip. de Julia Mesquita, p. 2.
- Vila, António Manuel dos Santos (1928), "Em marcha! As associações regionalistas provinciais vão promover, em Lisboa, uma acção comum", *Traz-os-Montes*, n.º 95, 1/X, Lisboa, Imp. Beleza, p. 1-2.

Fontes secundárias: estudos citados

- Anderson, Benedict (1983, 1993), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 2.ª reimp. da 2.ª ed. (rev. e ampliada), Londres/ Nova Iorque, Verso.
- Appadurai, Arjun (1996, 1997), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis e Londres, University of Minnesota Press.
- Castelo, Cláudia (2005), *Passagens para a África Portuguesa: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (c. 1920-1974)* (tese de doutoramento), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Catroga, Fernando (1991, 2000), *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Couton, Phillippe, e Jeffrey Cormier (2001), "Voluntary associations and state expansion in Quebec: 1955-1970", *Journal of Political and Military Sociology*, 29, pp. 19-45.

- Dias, António Jorge (1953), *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto de Alta Cultura.
- Durkheim, Émile (1893, 1989), *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença.
- Friedman, Jonathan (1994, 1996), *Cultural Identity and Global Process*, Londres, Sage Publications.
- Harney, Nicholas DeMaria (1998), *Eh, Paesan! Being Italian in Toronto*, Toronto, University of Toronto Press.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer (2001), *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo, Editora Huitec.
- Melo, Daniel (2004), “Longe da vista perto do coração: o associativismo regionalista no contexto colonial português”, comunicação apresentada no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Coimbra, FEUC, 16-18/9/2004)*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da FEUC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/DanielMelo.pdf>.
- Melo, Daniel (2005), “‘Um povo, uma cultura, uma região’: a história exemplar da Casa do Alentejo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XLV (1-2), pp. 119-139.
- Muller, Elisa (2002), “A organização sociocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro”, em Carlos Lessa (org.), *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*, Rio de Janeiro, Editora Record, pp. 301-331.
- Paulo, Heloisa (2000), “*Aqui Também é Portugal*”: *A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto.
- Parkhurst, Shawn (1996), “Uma etnografia sobre a produção local de regionalidade no Alto Douro”, *Douro: Estudos & Documentos*, 1, pp. 119-175.
- Putnam, Robert D. (2001), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- Putnam, Robert D. (org.) (2002), *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Roßteutscher, Sigrid (2000), “Democracia associativa: as instituições voluntárias como campo de treino para a democracia”, em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-254.
- Silva, Eduardo Caetano da (2003), *Visões da Diáspora Portuguesa: Dinâmicas Identitárias e Dilemas Políticos entre Portugueses e Luso-Descendentes de São Paulo* (tese de mestrado em antropologia social), Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Smith, Anthony D. (1991), *National Identity*, Londres, Penguin.
- Sobral, José Manuel (2004), “Memoria social, identidad, poder y conflicto”, *Revista de Antropologia Social*, 13, pp. 137-159.
- Thiesse, Anne-Marie (1997), *Ils Apprenaient la France: L'exaltation des Régions dans le Discours Patriotique*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Thiesse, Anne-Marie (1999), *La Création des Identités Nationales: Europe XVIIIe-XXe Siècle*, Paris, Éditions du Seuil.
- Torres, José Pereira (1987), *O Homem Minhoto (das origens à diáspora): História da Casa do Minho do Rio de Janeiro*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha, e Domingos Caeiro (2000), *Portugal-Brasil: Migrações e Migrantes 1850-1930*, Lisboa, Edições Inapa.

Viegas, José Manuel Leite (1986), "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, pp. 103-121.

Daniel Melo. Investigador associado sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *E-mail*: daniel.melo@ics.ul.pt

Resumo/abstract/résumé/resumen

Aquém do Marão: o associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora

O presente artigo visa contribuir para a reflexão sobre o associativismo regionalista no contexto das relações entre sociedade civil e estado-nação, através do estudo das associações regionalistas transmontanas existentes em Portugal e na diáspora. Propõe-se uma abordagem que articula o estudo da sua intervenção institucional com os conceitos de capital social e de identidade cultural. Estes são vectores estruturantes da sua agenda programática e suportam a sua representatividade no seio dos movimentos associativo e regionalista.

Palavras-chave Associativismo, capital social, identidade cultural, regionalismo.

From the hills to the coastal towns: the Trás-os-Montes regional voluntary association movement in Portugal and in the Diaspora

The aim of this article is to make a contribution to research on the regional association movement in the context of relationships between civil society and nation-state, by studying the *transmontano* (from the province of Trás-os-Montes) regional associations which exist in Portugal and in the Diaspora. The approach adopted here links the study of political and institutional action by regional association movements with the concepts of social capital and cultural identity. These are the structural supports for their agendas and the foundation for their representative position within the regionalist and voluntary association movements.

Key-words Voluntary associations, social capital, cultural identity, regionalism.

Des montagnes de Marão vers les villes côtières: l'associativisme régionaliste de Trás-os-Montes au Portugal et dans la diaspora

Cet article vise à contribuer à la réflexion sur l'associativisme volontaire régionaliste dans le contexte des relations entre société civile et état-nation, par l'étude des

associations régionalistes de Trás-os-Montes existant au Portugal et au sein de la diaspora. L'approche utilisée relie l'étude de leur intervention institutionnelle aux concepts de capital social et d'identité culturelle. Tels sont les vecteurs structurant leur agenda programmatique, sur lesquels repose leur représentativité au sein des mouvements associatif et régionaliste.

Mots-clés Associativisme, capital social, identité culturelle, régionalisme.

De este lado de Marão: el movimiento asociativo regional transmontano (de la región de Trás-os-Montes) en Portugal y en la diáspora.

El presente artículo tiene por objeto contribuir para la reflexión sobre el movimiento asociativo regional en el contexto de las relaciones entre sociedad civil y estado-nación, a través del estudio de las asociaciones regionales transmontanas existentes en Portugal y en la diáspora. Se adopta como método, la articulación del estudio de su intervención institucional con los conceptos de capital social y de identidad cultural. Estos son soportes estructurales de su agenda programática y fundamentan su representación en el seno de los movimientos asociativos y regionales.

Palabras-clave Asociaciones regionales, capital social, identidad cultural, regionalismo.